

- h) dispensa os servidores dos seus trabalhos normais durante a realização dos cursos, com o objetivo de obter maior aproveitamento nos mesmos e de possibilitar, por meio da intensificação do estudo, que a eles se submetam servidores lotados nas diferentes Diretorias Regionais, sem precisarem se afastar, por tempo demasiadamente longo, de suas repartições;
- i) estabelece o contróle do aproveitamento, por meio de exames e de provas parciais;
- j) estabelece obrigações escolares bem definidas;
- l) recomenda que os métodos de ensino sejam adaptados às disciplinas;
- m) cria, para assegurar melhor administração, as funções gratificadas de Diretor da Escola, de Secretário da mesma e de Secretário do Diretor;
- n) define as atribuições dos responsáveis pela administração e pelo ensino.

Dessa forma, fica o Departamento dos Correios e Telégrafos dotado de uma instituição moderna de ensino, com capacidade para atender à premente necessidade de formação de pessoal especializado que presentemente se faz sentir naquele importante setor da administração federal.

A filosofia na Bolívia

GUILLERMO FRANCOVICH

Diplomata boliviano e Professor Catedrático da Universidade de Sucre

(Conferência pronunciada em 13 de novembro de 1944, sob os auspícios da Divisão de Aperfeiçoamento do D.A.S.P.)

Antes de entrar no tema da presente conferência, julgo conveniente fazer breves considerações sobre as atividades filosóficas nos países da América Latina.

Por motivo da publicação de meu livro "Filósofos brasileiros", fizera-me freqüentemente a observação de que não há filósofos latino-americanos e que, por conseguinte, não os há no Brasil.

As razões fundamentais dos que pensam desse modo são as seguintes: primeiro, o pensamento nos países latino-americanos não é mais do que a reprodução das idéias da Europa. Não existe entre nós pensador original. Em segundo lugar, os pensadores latino-americanos não têm realizado senão ensaios fragmentários de especulação filosófica, sem haver chegado a tratar de temas metafísicos e gnosiológicos, nem a ordenar seu pensamento dentro de um verdadeiro sistema.

Apesar dessas observações, julgo que se pode falar de uma filosofia latino-americana, assim como de uma filosofia brasileira.

A originalidade não é condição indispensável para que exista uma atividade filosófica. Se o fôsse, a história da filosofia não conservaria senão os nomes de quatro ou cinco clássicos gregos e de um ou dois franceses e alemães. Tão pouco seria possível falar de filosofia latina, medieval, espanhola e russa. O pensamento filosófico gira em torno de uns tantos temas capitais e procura explicá-los combinando determinadas soluções. A história da filosofia contém, pois, infinitas repetições.

Se se exigisse a originalidade como condição para a atividade filosófica, chegar-se-ia praticamente a destruir a filosofia, que passaria a ser uma forma de expressão pessoal,

quase lírica, quando na realidade é uma disciplina com problemas próprios, rigorosamente definidos, em que a originalidade tem tão pequeno campo como nos outros ramos do saber humano e onde as verdadeiras inovações são muito raras e devidas a cérebros excepcionais.

A atividade filosófica existe, sem que seja necessária a originalidade em seus cultores, sempre que o pensamento se eleva acima das preocupações imediatas e adota idéias gerais sobre a realidade universal e sobre a essência do homem.

As formas que tomam essas idéias, as influências a que obedecem, a ação que exercem na coletividade, variam com os países e com as épocas. E são essas variações, precisamente, que caracterizam a atividade filosófica dos diferentes povos.

Também não é necessário que um pensador seja sistemático ou trate de temas metafísicos e gnosiológicos para ser considerado um filósofo. A filosofia inclui em seu campo problemas morais, jurídicos, estéticos, antropológicos, etc. E ninguém poderá negar que êsses problemas têm sido estudados por nossos povos.

Sem esquecer que na América Latina existiram pensadores sistemáticos que se preocuparam com problemas metafísicos e gnosiológicos, é indiscutível que tivemos homens que passaram a vida infatigavelmente voltados para seu próprio pensamento e para o pensamento alheio, com o objetivo de conhecer o supremo destino do ser humano no universo e na sociedade, que lutaram, às vezes heróicamente, para dar a seus povos, através do livro, da cátedra, do jornal, roteiros ideológicos que os orientassem nos intrincados caminhos da história e da vida.

Há pouco, o eminente filósofo espanhol refugiado no México, José Gaos, expôs em um seminário coletivo realizado na capital azteca interessante tese sobre o pensamento latino-americano. Caracterizou-o dizendo que se orienta para "os problemas e temas da estética e tem preferência e fé na virtude pedagógica ético-política da estética, fé que remonta aos mais antigos pensadores da raça espanhola".

Ademais, Gaos profetizou uma evolução do pensamento ibero-americano para formas novas de religiosidade. No debate que se travou no seminário, com a intervenção de eminentes catedráticos espanhóis e americanos, predominou, a este último respeito, a tese de que o pensamento latino-americano caminha no sentido de uma concepção estética. A ser isso verdade, ao brasileiro Graça Aranha caberia a honra de ter sido um precursor desse movimento, pois todas as suas idéias giravam em torno da estética da vida.

Quaisquer que sejam as características do pensar filosófico latino-americano e qualquer que seja seu destino, é um fato que esse pensar existe. E quanto ao Brasil apenas direi duas cousas: uma é que Sylvio Romero já realizou um estudo sobre a *evolução da filosofia brasileira*, em um livro publicado em 1876, isto é, há quase setenta anos; e a outra é que o brilhante pensador Euryalo Canabrava acaba de publicar aqui um livro sobre Descartes e Bergson, que por sua penetração, riqueza de sugestões e elegância de estilo, constitui uma obra que poderia honrar a literatura filosófica de qualquer país do mundo.

Acredito que a exposição que a seguir farei sobre a história da filosofia em meu país, extraindo-a de um trabalho mais extenso que se publicará brevemente em Buenos Aires, completará estas considerações, mostrando a significação que as idéias filosóficas têm na vida de nossos povos.

*
* *

Como se sabe, nas épocas anteriores à descoberta da América, o atual território boliviano foi habitado por populações indígenas muito evoluídas. Às margens do lago Titicaca acham-se as ruínas de Tiahuanacu, ruínas misteriosas e admiráveis, que revelam haverem atingido um elevado nível de cultura os homens que as construíram.

No mesmo lago Titicaca, segundo contam as tradições, teve seu berço a civilização dos Incas, que se radicou depois em Cuzco, constituindo o império do Tahuantinsuyo, cujas instituições econômicas e políticas e cujas criações artísticas são na atualidade objeto dos mais atentos estudos.

Conseguiram essas culturas elaborar uma filosofia propriamente dita? Muitos investigadores opinam no sentido de que o pensamento das populações précolombianas elevou-se até a ordem metafísica.

O Padre Josef de Acosta, cronista colonial, que escreveu a "História Natural e Moral dos Índios", afirmava, por exemplo, que os indígenas, em suas concepções religiosas, haviam chegado a uma espécie de interpretação platônica do mundo. A reverência que tinham por todos os objetos que os rodeavam significava, em sua opinião, que viam nos ditos objetos não somente sua realidade sen-

sível, senão também seus arquetipos divinos e invisíveis.

Procurou-se, outrossim, dar um sentido cosmogônico ao culto que os Incas consagravam ao sol e à lua, atribuindo-o a concepções que seriam mais próprias dos persas ou dos gregos que dos indígenas americanos.

Recentemente, o escritor boliviano Alberto Zelada, em seu livro sobre o Kollasuyo, dizia que a paisagem excepcional do planalto e da cordilheira andina exerceu influência tão grande sobre os índios que deu origem a concepções que revelavam uma admiração profunda pela grandiosidade da natureza.

O prestigioso investigador das ruínas de Tiahuanacu, Arturo Posnanski, sustenta atualmente que o "signo escalonado", que se encontra em todas as decorações indígenas, é um símbolo dos Andes. "Esse símbolo — diz — era não só de significado teogônico, mas também a expressão de um conceito cosmológico". Embora não se possa fazer uma afirmação categórica, porque não se estudou devidamente a questão, parece que tais opiniões não são exatas.

É quase certo mesmo que os índios não chegaram a uma concepção filosófica do mundo. Viviam dentro da natureza, numa espécie de imersão mística e mágica. Para eles, as pedras, as montanhas, as fontes, os animais, os astros e os meteoros eram objetos animados, dotados de vida e de poderes maravilhosos. Estavam nessa fase de pensamento quase poético, para o qual as forças naturais são manifestações da vontade que possui cada um dos seres do mundo, vontade caprichosa e arbitrária, que não está sujeita a ordem alguma. Careciam, portanto, dos elementos lógicos indispensáveis para chegar à concepção do mundo como uma realidade alheia a si próprios. Não podiam, por conseguinte, ter uma verdadeira filosofia. Não haviam passado da concepção mágica que é característica da mentalidade que foi estudada e definida por Levy Brühl como a *mentalidade primitiva*.

*
* *

O pensamento boliviano, como o de todos os países latino-americanos, começou a definir-se com a conquista ibérica. Uma das primeiras preocupações dos espanhóis com relação às populações americanas foi sua catequização. As "Leys de Indias" começavam com uma "exortação à fé", que assim dispunha: "Mandamos a los naturales y españoles y otros cualesquier cristianos de diferentes provincias o naciones, estantes o habitantes en los dichos nuestros reinos y reinos y señorios, islas y tierra firme, que regenerados por el santo sacramento del bautismo, hubieren recibido la Santa Fe, que firmemente crean y simplemente confiesen el misterio de la Santísima Trinidad, Padre, Hijo y Espiritu Santo, tres personas distintas y un solo Dios verdadero, los articulos de la Santa Fe y todo lo que tiene, enseña y predica la Santa Madre Iglesia Católica Romana. Y, si con animo pertinaz y obstinado eraren y fueren endurecidos en no tener y creer lo que la Santa Madre Iglesia tiene y enseña, sean castigados con las penas impuestas por derecho, segun y en los casos que en el se contiene".

Em consequência, a Bolívia colonial esteve, desde sua origem, submetida a um regime destinado a conduzir os homens para uma organização da existência baseada nos

princípios religiosos. As diversas instituições da vida civil e política deviam fazer de cada homem, na medida do possível, um ser teológico, capaz de ganhar na terra os merecimentos necessários para obter depois a vida eterna.

O cumprimento dos deveres religiosos era impôsto não só pelas autoridades eclesiásticas mas também pelas autoridades políticas. O pensamento estava sujeito a um rigoroso contrôlo. E os Tribunais da Inquisição funcionaram nas cidades andinas como funcionaram na Espanha.

Os missionários cuidavam de difundir os princípios da fé entre os aborígenes, que com dificuldade iam adaptando suas idéias às concepções demasiado elevadas que se lhes queriam inculcar.

E, ao mesmo tempo que o labor da propaganda da fé, realizava-se uma intensa campanha contra as crenças indígenas. A chamada "extirpação das idolatrias" foi determinada por uma resolução do Segundo Concílio, que se celebrou em Lima em 1567, nos seguintes termos: "Que las curas avisen públicamente y con mucho ahinco en tres dias de fiesta ante notario y testigos a todos los indios manifiesten las huacas o idolos públicos y particulares y después de manifestados éstos se derriben y disipen totalmente". A extirpação das crenças e dos cultos indígenas realizou-se sistematicamente e chegou a ter método e processos bem definidos, que se podem estudar no conhecido livro que a esse respeito escreveu o Padre Josef de Arriaga na época colonial.

A história do pensamento boliviano nessa época é uma das mais interessantes da América do Sul. As atividades culturais alcançaram então um desenvolvimento excepcional.

Para explicar o fato convém recordar que, durante a Colônia, a vida social e econômica no território que atualmente ocupa a Bolívia era uma das mais intensas do continente. Nessa época, em que os conquistadores e colonizadores ibéricos só viam na América um prodigioso manancial de metais preciosos, as minas bolivianas exerceram uma fascinadora atração. Francisco Pizarro saiu do Panamá e descobriu o Perú seduzido pela fama de que as ditas minas já gozavam entre os indígenas da América Central; os conquistadores do Rio da Prata subiram o rio e galgaram as serranias andinas obedecendo ao mesmo fascínio.

As minas bolivianas corresponderam pródigoamente ao sonho dos aventureiros e sobretudo o Serro de Potosi, que se encontra em pleno território boliviano e cuja riqueza tornou-se proverbial no mundo. Já Cervantes pôs nos lábios de Dom Quixote o famoso elogio: "Vale un Potosi"...

A prata potosina saía pelo Perú e uma grande frota a levava ao Panamá, de onde outra não menor a depositava nos portos metropolitanos. Com essa riqueza, a Espanha manteve os esplendores de sua Idade de Ouro e pôde continuar sendo o império "sobre cujos domínios nunca se punha o sol".

Ao pé da mina ergueu-se uma cidade, que é uma jóia de arquitetura colonial espanhola, com uma povoação de cerca de 200.000 habitantes, cifra extraordinária, pois nessa época Paris tinha pouco mais do que isso. Potosi provocou o aparecimento de outras cidades andinas e deu

vida a vários portos do oceano Pacífico. A poucas léguas dessa Califórnia colonial fundou-se a cidade de Charcas, onde os mineiros afortunados entregavam-se placidamente ao gozo de suas riquezas.

Charcas muito cedo teve uma Universidade, um arcebispado e uma Auditoria Real. E os prelados, os catedráticos e os auditores mantiveram uma atividade cultural cuja influência fêz-se sentir na história dos povos que se acham entre os Andes e o Prata.

Desde os primeiros tempos da colônia, a Igreja interessou-se pela vida intelectual dos povos americanos. Seu critério aparecia exposto no Breve do Papa Urbano VIII, de 29 de março de 1634, que no tópico referente ao assunto dizia: "Considerando que o estudo das letras aumenta consideravelmente a fé católica e a propagação do culto divino, assim como também o conhecimento e amor à verdade e à justiça, com imenso prazer temo-nos preocupado com tudo aquilo que pode, sem nenhum obstáculo, conduzir ao fim e às aspirações da juventude que se dedica as letras".

Dentro desse critério, o Pontificado autorizou jesuítas e franciscanos a fundarem universidades, cujo aparecimento na América se deu quando ainda não se havia passado meio século de seu descobrimento.

A vida intelectual da Bolívia colonial concentrou-se em torno da Universidade de Charcas, que foi fundada a 27 de março de 1624, em virtude de um Breve do Papa Gregório XV, que autorizava os jesuítas a fundar estabelecimentos de estudos nas províncias da América e nas Filipinas, sempre que não houvesse universidades em duzentas léguas ao redor.

Na patente de fundação dizia o Padre Joan de Frias Herrán, Preposto Provincial da Companhia de Jesus no Perú, que a criação da Universidade se fazia para "mostrar el amor que nuestra Compañia tiene a esta ciudad y al aumento de su Republica, dando a sus hijos doctrina y letras con que virtuosamente vivan y puedan ser honrados y aprovechados y se logren sujetos de grandes esperanzas".

Na mesma patente dispunha o Provincial: "Señalo e instituyo seis cátedras las dos de teologia escolástica, prima y de visperas, una de teologia moral, otra de artes y filosofia, dos de latinidad, la una de mayores y humanidades y la otra de medianos y menores. Y agrego juntamente a esta Universidad la cátedra de lengua aymara que por merced de Su Majestad tiene nuestro Colegio".

Durante o século XVII, discutiam-se na Europa os sistemas filosóficos que haviam aparecido como expressão das transformações intelectuais provocadas pelo Renascimento. Descartes publicara em 1637 seu "Discurso sobre o Método" e em 1641 suas "Meditações Filosóficas", produzindo essa revolução do pensamento que consistiu em renunciar a toda autoridade e em converter a análise, o critério pessoal, na base de todo conhecimento. Hobbes, em seu "Leviathan", editado em 1651 e tão ardorosamente discutido, transportou aos conhecimentos filosóficos, à moral e à política, os métodos das ciências naturais e provocou escândalo com suas famosas afirmações de que o homem é lobo do próprio homem, de que o direito é a lei do mais forte e de que o Estado é o supremo senhor dos ho-

mens. Em 1667, depois da morte de seu autor, viera a lume a "Ética" de Spinoza, que construía com raciocínios de tipo matemático um sistema panteísta e dava uma visão desumanizada do mundo. Finalmente, Leibnitz, tanto em sua "Teodicéa" como em sua "Monadologia", publicadas em 1710 e em 1714, respectivamente, havia tentado harmonizar o pensamento cristão com o racionalismo de Descartes, Spinoza e Hobbes.

A Universidade de Charcas não conheceu essas obras. Os jesuítas adotaram, desde a fundação da Companhia, a filosofia de São Tomás, que foi a que ensinaram nas aulas da Universidade andina.

O fato de terem os estudantes da Universidade de Charcas, como base de seus estudos, a filosofia tomista, deulhes essa concepção harmoniosa e profunda do mundo, essa elevada visão das realidades humanas que constitui a essência do pensamento católico. E deu-lhes ao mesmo tempo essa habilidade dialética, essa predisposição casuística com que se fizeram famosos os doutores de Charcas durante a época colonial.

O tomismo jesuíta, porém, não era completamente fiel a São Tomás. Depois do século XIII, em que havia sido escrita a "Suma Teológica", conheceram os homens esse prodigioso período de fermentação espiritual que foi o Renascimento e viveram os problemas delineados pela reforma luterana e a contra-reforma católica. O tomismo dos jesuítas do século XVII trazia a marca dessas novidades, especialmente no que se refere às idéias políticas. Os jesuítas surgiram na Igreja, sobretudo como uma força destinada a conter os avanços do protestantismo. Ao ascetismo que os reformadores pregavam, os jesuítas opuseram uma concepção humana da vida moral e religiosa. E frente ao absolutismo dos monarcas luteranos levantaram um sistema de idéias políticas quase revolucionárias. São famosas as doutrinas dos Padres Mariana e Molina sobre a necessidade de que os reis se submetessem à lei como todos os demais homens e sobre a legitimidade do regicídio, quando este fôsse considerado justo pela opinião do povo e dos homens eminentes da coletividade.

A Universidade de Charcas difundiu, pois, entre os estudantes, a filosofia escolástica e ao mesmo tempo as arrojadíssimas idéias políticas dos jesuítas, dêsse modo preparando os ânimos para o movimento emancipador do domínio espanhol que se iniciou na Bolívia em maio de 1809.

A Universidade, que funcionava na cidade então sede da Auditoria de Charcas e do Arcebispado de Prata, chegou a ter enorme prestígio. "De milhares de quilômetros de distância — diz o escritor boliviano Jaime Mendoza — atravessando, no lombo de mulas, altas cordilheiras, planaltos imensos, regiões despovoadas, vinham até à velha capital dos Charcas os peregrinos da idéia, os pesquisadores do saber e da ciência. Assim Charcas tornou-se uma nova Meca e sua Universidade um santuário".

Os jesuítas deixaram a Universidade em setembro de 1767, em virtude da ordem geral de expulsão decretada pelo Rei Carlos III.

Devido a êsse fato e à difusão que tiveram no país obras inspiradas nas novas idéias filosóficas, especialmente o "Teatro Crítico" do Padre Feijó, começou a produzir-se na Bolívia a decadência da filosofia escolástica. E já em

princípios do século XIX, o fiscal da Auditoria de Charcas, Victoriano de Villaba, expressava a necessidade de abandoná-la, em discurso pronunciado na Universidade, dizendo: "Pode aspirar a ser chamada culta uma nação em que se ministra um sumário ensino das ciências verdadeiras e onde se estuda um número infinito de cátedras de escolástica? Pode ser culta sem geografia, sem aritmética, sem matemática, sem química, sem física, sem línguas mães, sem história, sem política, nas Universidades, tendo apenas filosofia aristotélica e leis romanas, cânones, teologia escolástica e medicina peripatética?"

*
* *

A derrocada do escolasticismo produziu-se com a aparição da filosofia enciclopedista, cujas doutrinas determinaram a revolução contra a metrópole espanhola e criaram no país uma mentalidade nova, rebelde às crenças religiosas e orientada em sentido naturalista e até materialista.

Como se sabe, os enciclopedistas eram o grupo de escritores franceses que, sob a direção de d'Alembert, primeiro, e de Diderot, depois, compôs a "Enciclopédia das Ciências, Artes e Ofícios", que se publicou em Paris entre 1751 e 1780.

Os enciclopedistas não constituíam uma escola filosófica propriamente dita. Enquanto uns, como Rousseau, eram românticos e religiosos, outros eram ateus e materialistas como Hoibach. Tinham, porém, certas características comuns que lhes permitiram exercer poderosa influência e transformar as instituições de sua época.

Eram na totalidade empiristas e naturalistas. Pensavam que o homem só podia chegar à verdade moral e filosófica pondo-se em contato imediato com a natureza. Davam à razão a autoridade suprema, tanto na vida do pensamento como nas regras da conduta.

Esses antecedentes filosóficos conduziam-nos naturalmente a crítica apaixonada de tudo o que representasse autoridade ou tradição. Frente à Igreja e ao Estado sua atitude era francamente subversiva. Tinham a convicção de que os homens podiam destruir todas as formas tradicionais da vida e criar sobre suas ruínas, apenas com o auxílio da razão, novas e perfeitas realidades sociais e humanas.

A Enciclopédia era uma obra monumental que constava de trinta e cinco tomos. Em 1806 fêz-se uma edição espanhola em apenas dez volumes, que chegou à América apesar das rigorosas proibições existentes em matéria de livros. Todavia, mais que a própria enciclopédia, as obras de alguns enciclopedistas circulavam entre as pessoas cultas de Charcas e sobretudo entre os estudantes da Universidade, que se reuniam para discuti-las apaixonadamente, procurando encontrar suas aplicações ao país. Os escritores que tiveram maior difusão foram Filanghieri, autor da "Ciencia de la Legislación", Raynal, autor da "Historia Filosófica e Política dos Estabelecimentos e do Comércio dos Europeus nas duas Índias" e, principalmente Rousseau, cujo "Contrato Social" foi o Evangelho dos homens que fundaram a Bolívia, como o foi de quase todos os revolucionários latino-americanos de princípios do século passado.

Esses livros agitaram os espíritos dentro e fora das aulas da Universidade de Charcas e sua influência não só se fez sentir na Bolívia como também na Argentina, pois Mariano Moreno, Bernardo Monteagudo e pelo menos quatorze dos vinte e oito deputados que proclamaram a independência das províncias do Rio da Prata, em 9 de junho de 1810, haviam estudado na Universidade de Charcas.

A ação das idéias enciclopedistas foi tão grande na Bolívia, que seu espírito dominou quase absolutamente até a metade do século XIX, manifestando-se na vida pública, no ensino, nos costumes.

Os fundadores da República e os homens que se encarregaram de consolidá-la, receberam do enciclopedismo sua fé nos ideais republicanos e na eficácia da cultura, sua confiança romântica nas virtudes da humanidade e o culto dos direitos do homem.

Assim, a Assembleia de 1826, que devia discutir a forma de constituição política do país, que acabava de emancipar-se, rejeitou o projeto de governo vitalício do próprio Simon Bolívar. Não obstante o imenso prestígio que tinha o Libertador, pelo seu gênio e pela sua glória, os deputados bolivianos ousaram negar a aceitação do projeto por considerá-lo demasiado absolutista e contrário aos ideais democráticos. Com efeito, para escrever seu projeto de constituição, Bolívar inspirara-se nas idéias do filósofo utilitarista Jeremias Bentham, que considerava as doutrinas dos enciclopedistas demasiado abstratas para serem realizáveis, sobretudo nos países americanos recém-constituídos.

Sob a influência do enciclopedismo, a Bolívia adotou o regime democrático representativo, estendendo o direito de cidadania até aos indígenas; a escravidão foi abolida; a instrução era ministrada com uma orientação naturalista; foi adotado no direito civil o código de Napoleão, que era a encarnação do individualismo liberal; em direito penal, adotou-se o Código Penal que a Espanha pusera em vigor em 1822, inteiramente baseado nas doutrinas de Beccaria, por sua vez influenciado pelo enciclopedismo.



Por volta de 1845, produziu-se no pensamento filosófico da Bolívia nova modificação fundamental, cuja manifestação oficial foi o decreto orgânico das Universidades de 25 de agosto do referido ano.

Como se sabe, depois do auge do sensualismo e do enciclopedismo, produziu-se na Europa um movimento de retorno às concepções tradicionais em filosofia e em religião. E em lugar de Voltaire, Rousseau, Holbach, Montesquieu, etc., surgiram como novos astros do pensamento Chateaubriand, Lammenais, De Bonald, De Maistre. E quase a seguir surgiu o ecletismo, cujo fundador, Cousin, sustentava uma filosofia de tipo espiritualista.

Acompanhando esse movimento europeu, na Bolívia produziu-se um retorno às concepções tradicionais. A religião readquiriu seu velho prestígio e os pensadores católicos retomaram no ensino o lugar que ocuparam Holbach, Destutt de Tracy, Bentham ou Locke. Tornou-se obrigatório o aprendizado do catecismo nos colégios. Os artigos 41 e

45 do regulamento da Universidade, e dos Colégios de La Paz, determinavam o ensino da filosofia e da história de acordo com Bossuet.

O predomínio do ecletismo teve como imediata consequência o repúdio das tendências que caracterizaram a época da influência enciclopedista. Eis aqui, por exemplo, o que escrevia em 1867 D. Domingo Bustillo num interessante folheto: "Os textos designados para o ensino nos colégios da República, na época de nossa emancipação política, continham princípios irreligiosos e doutrinas anti-sociais que, ofuscando as claras noções da virtude e da justiça, exaltaram a filosofia sensualista, que tem por consequências precisas o ateísmo, o materialismo e o fatalismo; que na moral reconhece por único móvel e fim das ações humanas o interesse pessoal e que em legislação e política conduz ao mesmo sistema utilitário de Bentham. Holbach e Destutt de Tracy foram, pois, os textos favoritos daquela perversa filosofia intelectual e moral, posta tão em voga no século passado pelas obras psicológicas de Locke".

O movimento espiritualista teve na Bolívia ampla repercussão. Fizeram-se no país várias traduções dos mais notáveis ecléticos franceses e publicaram-se algumas obras originais sob sua inspiração. Pela exigüidade do tempo, limitar-me-ei apenas a citar os escritores e as obras publicadas: o juriconsulto e escritor Pedro Terrazas, que já havia traduzido para o castelhano as "Harmonias Econômicas" de Bastiat, publicou em Potosi, em 1 de janeiro de 1845, uma tradução da "Filosofia Moral do Século XVII" de Victor Cousin. Felix Reyes Ortiz, Reitor da Universidade de La Paz, publicou naquela cidade, em 1860, um breve "Compêndio de Fundamentos de Religião" e, em 1855 uma tradução do "Compêndio de Filosofia" de A. Delavigne. Luiz Quintin Vila, professor em Cochabamba, editou em 1889 sua "Lições de Filosofia Elementar" que era uma adaptação da obra de Ch. Benard "com poucas alterações e acréscimos tomados de diversas fontes", como explicava o próprio autor. Victoriano San Román escreveu em 1873, em Cochabamba, interessantíssimo livro intitulado "Elementos de Filosofia Moderna". Na introdução explicava a origem de sua obra da seguinte forma: "O estado da sociedade atual, bem como a civilização, exigem com urgência o estudo atento da filosofia. Por esta razão e pelo desejo de nos opormos à propagação das doutrinas materialistas, fomos levados à elaboração do presente curso elementar". Rigoberto Torrico, emérito professor, infelizmente morto em plena juventude, publicou em 1854, uma tradução do "Curso Elementar de Filosofia" de Damiron. Finalmente, entre os ecléticos bolivianos merece menção especial Luis Velasco, professor da Faculdade de Direito de Sucre, que em 1848 publicou um "Curso Completo de Direito Natural", na realidade um tratado de ética, no qual Velasco mostrava marcadas preferências pela filosofia moral de Kant.

Ao lado da filosofia moral de Cousin, a partir de 1870, teve influência na Bolívia a filosofia de Krause, que se propagou na Espanha por Sanz del Rio e Giner de los Rios, que fizeram do Krausismo talvez o mais poderoso movimento filosófico espanhol do século XIX.

As idéias de Krause foram conhecidas na Bolívia através de seu discípulo Enrique Ahrens, cujo "Curso de Direito Natural" se editou pelos menos duas vezes no país.

Sob a influência das idéias de Ahrens, o professor José R. Mas publicou em La Paz, em 1879, uma pequena obra intitulada "Noções de Direito Natural ou Filosofia do Direito", sumamente interessante.

*
* *

A influência das doutrinas ecléticas, com sua vigorosa reação contra o sensualismo, com seu franco espiritualismo, que arrastavam as concepções religiosas, manteve-se irrefutada mais ou menos até 1880.

Nessa época, devido em parte à comoção que produziu no espírito do país a Guerra do Pacífico e, em parte, a que da Europa sopravam novos ventos filosóficos, o pensamento boliviano começou a sofrer outra transformação fundamental.

Introduziu-se no país o positivismo, que fôra fundado em França por Augusto Comte e que tanta influência exerceu na América Latina.

Tinha o positivismo princípios que o aproximavam dos problemas de ordem social e política. A lei dos três estados, segundo a qual a humanidade havia passado primeiro pela etapa teológica, depois pela metafísica, para chegar finalmente à positiva, em que a ciência experimental teria o governo da existência humana, constituía sugestiva interpretação da história. Ademais, ao afirmar que a ciência transformaria o mundo fazendo com que a natureza se submetesse aos desígnios do homem, o positivismo abria perspectivas novas e uma visão de progresso ilimitado, que deviam refletir-se necessariamente na vida social.

Assim se explica que o positivismo se haja vinculado com a política boliviana, dando origem aos partidos liberal e conservador, os primeiros partidos políticos baseados em princípios filosóficos.

O partido liberal organizou seu programa com algumas das idéias positivistas. E como reação surgiu o partido conservador, composto de elementos do governo de então, que orientou suas doutrinas no sentido da defesa das idéias, que o ecletismo e o catolicismo vinham inculcando na mentalidade do país.

O positivismo viveu na Bolívia ao fragor das lutas políticas e por isso mesmo obteve a adesão apaixonada que apenas costumam receber as bandeiras partidárias.

E enquanto os positivistas pregavam o livre pensamento, o ensino leigo, a separação da Igreja do Estado, o casamento civil, o divórcio absoluto, a secularização dos cemitérios e a orientação do ensino no sentido das novas doutrinas que repudiavam todo princípio religioso, o partido conservador erguia-se como defensor das grandes instituições tradicionais do país. Eis como definia as tendências desse partido seu fundador Mariano Baptista: "Liberdade na ordem, na ordem vinculada à lei social do cristianismo. Nossas liberdades sociais e políticas conquistadas sobre as tiranias individuais, queremos mantê-las sem extravio nas correntes do jacobinismo, tirania coletiva, anônima e variada, mais sangrenta e variada nos meses de dominação que a tirania dos reis num século de império. E porque queremos manter essas liberdades isentas de sofismas em sua concepção, isentas de violência em sua prática, porque queremos isso, chamamo-nos conservadores".

A divulgação do positivismo, mais que por obra de indivíduos eminentes, fêz-se na Bolívia por grupos de intelectuais, não completamente homogêneos, que atuavam nos diferentes centros da República e entre os quais não chegou a destacar-se uma personalidade de exceção.

À propaganda dos positivistas os corifeus conservadores se opuseram com grande energia, na tribuna, na imprensa e no livro. Na polêmica, que foi uma das mais apaixonantes da história do pensamento boliviano, lutaram com brilho extraordinário duas grandes personalidades do partido conservador: Mariano Batista, grande orador, que foi presidente da República, e Miguel de los Santos Taborga, Arcebispo de Sucre e sem dúvida um dos mais eminentes prelados da Bolívia.

Nessa época, em que todo o país seguia com paixão a ardente polêmica entre positivistas e espiritualistas, viveu em Santa Cruz um pensador que certamente é um dos expoentes do pensamento filosófico boliviano: Mamerto Oyola Cuellar.

Em 1886 escreveu seu único livro, "A Razão Universal", publicado em Barcelona em 1889. Nessa obra Oyola Cuellar sustentava que o pensamento de sua época se dividia em três grandes correntes filosóficas: o ceticismo kantiano, o panteísmo idealista de Hegel e o materialismo. Considerava funestas essas doutrinas, não só porque levavam à negação das verdades mais interessantes para o homem: Deus e a alma, senão também porque na vida social e política conduziam à negação da personalidade humana e ao apoio do cesarismo. Oyola pensava que esses erros provinham de uma só fonte: a filosofia de Locke. E propunha, para afastá-la, o retorno aos grandes princípios da filosofia cartesiana.

Oyola Cuellar não exerceu influência notável no pensamento filosófico do país, sobretudo pelo fato de que sua obra, desordenada e cheia de repetições fatigantes, não chegou a ter a difusão que merecia.

Em 1889, a Bolívia passou por uma nova crise política. O partido liberal, por meio de uma revolução, conseguiu derrubar os conservadores e tomar o poder. O movimento repercutiu em toda a vida nacional.

Com o triunfo dos liberais passou o positivismo a ter ascendência oficial. Sua influência fêz-se sentir na educação pública, nas instituições e na vida moral e intelectual do país.

A instrução tanto civil como eclesiástica, passou ao controle do Estado. Fundou-se a primeira escola normal de professores, que iniciou a transformação das atividades educacionais, segundo as tendências mais modernas da pedagogia. O ensino de religião e doutrina cristã foi suprimido nas escolas e colégios oficiais. Decretou-se a lei do casamento civil. Iniciou-se o estudo objetivo das realidades nacionais, que assumiu aspectos amargos na obra de Alcides Arguedas, que publicou em princípios do século um livro de sociologia, "Povo enfermo", que alcançou renome continental e cujas idéias deixaram profundos vestígios no espírito nacional. Nos colégios ensinavam-se as doutrinas transformistas e monistas. Nas Universidades, a religião e a filosofia eram consideradas definitivamente predestinadas à extinção. Nas Faculdades de Direito criaram-se as cátedras de Sociologia e Criminologia. Formou-

se, em suma, uma mentalidade cientificista e um pouco fanática, que não podia conceber a existência de realidades que ultrapassassem os limites do pensamento biológico e material.

Dentro dessa superficialidade e fanatismo, as doutrinas evolucionistas de Herbert Spencer vieram produzir uma espécie de reação.

Embora Spencer se mantivesse dentro das tradições nitidamente positivistas, suas doutrinas tinham algumas características que pareciam reconduzir o pensamento para as generalizações do tipo filosófico e para a solução das inquietações religiosas. Spencer admitia a existência de algo que se encontrava mais além do limite de nossas investigações e que ele chamava "o incognoscível". Reconhecendo a realidade dêsse mistério que jamais a ciência poderia chegar a conhecer, Spencer abria as portas à religião e à possibilidade da conciliação entre esta e as ciências, cousa que o positivismo negara categoricamente, declarando que a religião e a metafísica eram estados definitivamente superados pelo pensamento.

Com essas tendências apareceram na Bolívia Luis Arce Lacaze e Daniel Sanchez Bustamante, os dois spencerianos mais notáveis que teve o país e que, separando-se dos positivistas agressivos e radicais em suas negações, representaram a volta às formas menos livres do pensamento e às concepções mais idealistas da vida.

Luis Arce Lacaze nasceu em Sucre em 1872 e morreu em La Paz em 1929. Foi professor, parlamentar e escritor. Publicou vários livros, embora sua maior influência intelectual tenha-se exercido na cátedra. Nos últimos anos de sua vida, interessou-se muito por William James. O pragmatismo, sobretudo pela afirmação de que o critério da verdade de uma idéia deve ser o grau de sua influência estimulante sobre a vida, parecia-lhe de um valor indiscutível.

Daniel Sanchez Bustamante nasceu em La Paz, em 1871, e morreu em Buenos Aires, em 1933. Publicou numerosas obras, entre as quais a mais importante para a filosofia boliviana é seu livro "Princípios de Direito", escrito em 1905. Bustamante orientou seu evolucionismo no sentido da filosofia de Guyau. Em 1926 foi declarado Mestre da Juventude Boliviana, para a qual pregou um idealismo que tinha os acentos do "Ariel" de Rodó.

Também dentro das grandes linhas do positivismo estava Ignacio Prudencio Bustillos, brilhante escritor e pensador vigoroso. Nascido em Sucre em 1895, morreu na mesma cidade em 1928. Em 1923 publicou o "Ensaio de uma Filosofia Jurídica", resumo das lições ministradas em seus cursos da Faculdade de Direito de Sucre, trabalho particularmente interessante, porque corresponde a uma nova época do pensamento boliviano: a crise das concepções liberais, das idéias individualistas da Revolução Francesa, que desde a fundação da República viera dominando no espírito nacional. Prudencio Bustillos filiava-se à escola do tratadista francês Leon Duguit e sustentava que o indivíduo deixara de ser o centro do interesse jurídico, o qual se dirigia para o social. Inspirada em tais idéias, a Constituição Política decretada em 1938, ao referir-se ao direito de propriedade, considerado até então absoluto, estabeleceu a seguinte disposição: "A propriedade é inviolável sempre que exerça uma função social".

Com Prudencio Bustillos, o positivismo boliviano teve seu último representante de valor. E embora alguns de seus postulados continuem atuando em determinados setores intelectuais, pode-se dizer que já pertence ao passado, tendo dado lugar a novas concepções.

*
* *

As modificações operadas no pensamento humano, depois da primeira guerra mundial, tiveram os reflexos conseqüentes na vida intelectual da Bolívia. As duas correntes de idéias mais difundidas na atualidade movem-se em torno da filosofia da cultura, por um lado, e do materialismo histórico por outro.

Ambas as correntes têm manifestações ativas, que vão desde a discussão das idéias nos livros e revistas até o plano das realizações práticas da política.

Como expressão, primeiro, dêsse anelo de independência cultural que caracteriza atualmente os povos americanos, que não querem reduzir-se ao papel de produtores de matérias primas e consumidores de produtos espirituais e, portanto, obedecendo à influência das sugestivas teorias de Oswaldo Spengler, surgiu na Bolívia uma corrente de idéias que aspira à criação de uma cultura nacional própria e característica. Sustenta esta corrente que a terra, a paisagem, o telúrico têm uma espécie de espírito e atuam sobre o homem, criando formas de vida individuais e sociais, fazendo surgir tipos culturais com fisionomia tão própria como os ambientes geográficos que lhes deram origem.

A terra boliviana é realmente excepcional. Nas cordilheiras, no planalto e nos vales andinos, os homens vivem dentro de uma paisagem extremamente original e expressiva. Por outro lado, na planura boliviana, como dissemos, existiram culturas indígenas com criações próprias e características. É portanto possível pensar que outras possam aparecer com igual originalidade e com igual força expressiva.

Esta corrente da filosofia cultural boliviana, que tem seus precursores em Franz Tamayo e Jaime Mendoza, anima hoje importante grupo de intelectuais bolivianos, entre os quais merecem particular menção Roberto Prudencio, Humberto Palza e Fernando Diez de Medina.

As teorias marxistas do materialismo histórico começaram a ter grande difusão depois da primeira guerra mundial. Rápida e deixaram de ser tema de simples discussões acadêmicas para converterem-se em doutrinas políticas sob a influência dos acontecimentos mundiais e devido à ação das entidades internacionais criadas para a propagação do marxismo em todo o mundo.

Os representantes mais conspícuos da ideologia marxista na Bolívia são Gustavo A. Navarro e José Antônio Arce, que publicaram valiosos trabalhos de interpretação socio-dialética da realidade boliviana.

*
* *

Independentemente dessas correntes ideológicas vinculadas aos temas culturais e sociais, há presentemente na Bo-

lívica uma interessante atividade universitária em torno dos problemas que decorrem da filosofia moderna, muito particularmente em relação ao mundo ético e jurídico.

As diversas universidades do país publicam revistas em que se discutem esses problemas. Acabo de receber um livro intitulado "Bases para uma Teoria Integral do Direito", da autoria do professor da Universidade de Sucre — Rafael Garcia Rosquellas, no qual se abandona definitivamente o naturalismo positivista por uma concepção axiológica do direito.

Não há dúvida que desapareceu do país o preconceito contra a filosofia, decorrente do positivismo e há um desejo de dar-lhe toda a importância que merece. Nesse sentido é muito significativo o fato de que em breve inaugurar-se-á na Universidade de La Paz uma Faculdade que concederá grau a licenciados e doutores em Filosofia e Letras.

A Faculdade será dirigida por Roberto Prudencio, que pretende fundamentar os altos estudos que hão de realizar-se ali no sólido conhecimento da realidade nacional. Em declarações feitas a um diário de La Paz, declarou que "a Faculdade dará preferência, na organização dos pro-

gramas, aos aspectos bolivianos, começando desde o primeiro ano com estudos de arqueologia, história, linguística, literatura nacionais, etc., que constituem o complexo que forma a História da Cultura Boliviana. Dêsse núcleo central irradiarão os demais estudos humanistas, para chegar à cultura greco-latina. No primeiro ano dos estudos será desde logo ministrado o ensino do latim e do grego, assim como do *aymara* e do *quechua*, que serão obrigatórios desde o primeiro curso da Faculdade".

Com a fundação da Faculdade, a filosofia terá o lugar que lhe compete, como fundamento e antecedente de todo pensamento. A filosofia é a raiz suprema do espírito crítico, impede a proliferação de ideologias caprichosas e, por isso mesmo, é elemento necessário para que indivíduos e povos cheguem a ter plena consciência de si mesmos.

A nova Faculdade dará, em suma, sólidas bases técnicas no estudo da altíssima disciplina intelectual que, embora tenha estado até agora entregue quase exclusivamente ao autodidatismo, exerceu sempre grande influência na vida nacional, como espero ter conseguido demonstrar através das sintéticas informações da presente conferência.

SELEÇÃO

Questões apresentadas no último concurso para a carreira de Escrivão

Prosseguindo na divulgação das questões apresentadas em concursos para cargos públicos, realizados pelo D.A.S.P., publicamos a seguir as do último concurso para a carreira de Escrivão (C. 142, outubro de 1944).

PORTUGUÊS E MATEMÁTICA

I — Em cada um dos grupos de frases que se seguem há somente uma certa. Assinale-a, pondo um o dentro do parêntese que a precede. Não emende nem raspe, porque qualquer emenda ou rasura num dos parênteses anulará o grupo em que ela esteja compreendida

- () É justo que se lhes ofereça prêmios pela obra realizada.
- () É justo que se lhe ofereça prêmios pela obra realizada.
- () É justo que se lhes ofereça privilégios especiais.
- () É justo que se lhe ofereçam, a título de estímulo, privilégios especiais.
- () É justo que se lhe ofereçam, a título de estímulo, privilégios especiais.

* * *

- () Quando dava duas horas, estavam fazendo dois anos que aqui cheguei.

- () Quando davam duas horas, faziam dois anos que aqui cheguei.
- () Quando davam duas horas, estavam fazendo dois anos que aqui cheguei.
- () Quando davam duas horas, estava fazendo dois anos que aqui cheguei.
- () Quando davam duas horas, estava fazendo dois anos que cheguei à Lisboa.
- () Quando davam duas horas, estavam fazendo dois anos que cheguei à Petrópolis.

* * *

- () O diretor o informará de tudo, quando estiver consigo.
- () O diretor lhe informará de tudo, quando estiver com V.S.
- () O diretor informará V.S. de tudo, quando estiver convosco.
- () O diretor informar-lhe-á de tudo, quando estiver com V.S.
- () O diretor informará à V.S. de tudo, quando tiver de falar-vos sobre o assunto.
- () O diretor informará a V.S. de tudo, quando tiver de falar-vos sobre o assunto.
- () O diretor informará V.S. de tudo, quando tiver de falar-lhe sobre o assunto.